

# ACM defende corte de despesas do Governo

05 MAR 1999

JORNAL DE BRASÍLIA

São Paulo - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem no programa "Jô Soares, Onze e Meia", no SBT, que é a favor de cortes substanciais nas despesas do Governo. Para ele, as pressões políticas não apenas impediram que este enxugamento fosse feito, mas contribuíram para o aumento da máquina pública. "Quando o povo deu a reeleição para o Fernando Henrique, estava certo de que este enxugamento ia ser feito. Mas, infelizmente, o enxugamento não está à altura do Presidente e de seu Governo. Talvez isto tenha acontecido por causa de pressões partidárias que não deveriam ser aceitas pelo Presidente", declarou o senador baiano.

Antonio Carlos Magalhães manteve as críticas que vem fazendo ao Tribunal Superior do Trabalho (TST): "Há muita coisa a ser feita nos órgãos públicos, no Legislativo e, sobretudo, no Judiciário. O TST é inútil. Só existe no Brasil para fazer prédios majestosos e para a incompetência dominar. Deve-se acabar com estes tribunais inúteis e também com os tribunais militares, que já estão fora de moda". Para ele, o Presidente da República precisa ter coragem para enfrentar as dificuldades do País. Falando com o apresentador Jô Soares diretamente de Brasília, ele foi taxativo:

"Ele (Fernando Henrique) vai contar com o apoio do povo brasilei-

ro se fizer as medidas que o País precisa. Sobretudo melhorando as condições do seu povo, que já tem impostos e dificuldades demais. O Governo precisa olhar para isso e reagir com coragem. Vamos enxugar a máquina e fazer com que os brasileiros possam ter mais apoio na área social", afirmou.

O senador disse ainda que é necessário melhorar os níveis de educação, saúde e segurança e que a população não pode viver com problemas graves. E observou que a questão da dívida dos Estados não foi bem encaminhada. "Acho que o Presidente deveria ter dito logo de saída que todos tinham que cumprir seus contratos. Eles foram benéficos a todos os Estados, inclusive ao meu. A Bahia cumpriu, está cumprindo, de modo que todos poderiam cumprir".

O senador considera inadmissível que um Estado não pague a sua dívida: "Porque um governador teve insucesso e substituiu um outro que não cumpriu seus deveres de governar, ele não pode eximir o seu Estado das obrigações que foram firmadas. Quando começa um calote de Estados com a União, ele vai se generalizando e a desordem é implantada. Isso ninguém quer. A não ser realmente aqueles que são os profetas e que desejam o caos". O presidente do Congresso também falou das divergências que tem com o FMI.